

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 24-6-2019.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Eng^o Comassetto, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulo Brum e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, André Carús, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 080/19 (Processo nº 0159/19), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 050/19 (Processo nº 0095/19), de autoria de Ricardo Gomes; o Projeto de Lei do Legislativo nº 099/19 (Processo nº 0195/19), de autoria de Valter Nagelstein. A seguir, a Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Alberto Terres, Diretor-Geral do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, que se pronunciou acerca da data-base do ano de dois mil e dezenove. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Roberto Robaina e Karen Santos manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Eng^o Comassetto. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e quatro minutos às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Prof. Alex Fraga. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mauro Pinheiro, Cassiá Carpes, Prof. Alex Fraga e Idenir Cecchim. Após, foi realizada a chamada para ingresso na Ordem do Dia, constatando-se a inexistência de quórum deliberativo. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, este em tempo cedido por José Freitas, Reginaldo Pujol, Valter Nagelstein e Felipe Camozzato. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Mauro Pinheiro, Aldacir Oliboni e Márcio Bins Ely. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 004 e 115/19. Às dezesseis horas e trinta e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Mendes Ribeiro e secretariados por Alvoní Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre – Simpa, que tratará de assunto relativo à data-base de 2019. O Sr. Alberto Terres, diretor-geral do Simpa, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. ALBERTO TERRES: Primeiramente, quero cumprimentar a Presidente Mônica, os vereadores e vereadoras, os colegas da categoria que aqui estão. Nós solicitamos este espaço democrático da Câmara de Vereadores porque maio é o mês da nossa data-base, é o mês em que a categoria se reúne, discute as perdas e apresenta a nossa pauta para o Executivo – historicamente é feito dessa forma; o Executivo recebe a categoria, e partimos, então, para uma negociação, para a abertura de uma mesa de negociação. Infelizmente, desde 2016, esse histórico não tem acontecido no Município de Porto Alegre entre a categoria e o Executivo, que nos recebeu no início da sua gestão e, logo depois, suspendeu todo e qualquer processo de debate, de diálogo com a nossa categoria. Fizemos vários movimentos, não só em relação à data-base, mas também em relação aos projetos que vieram a esta Casa para retirar direitos dos servidores. Nós lamentamos isso porque o prefeito, infelizmente, Presidente Mônica, não dialogou com a categoria e remeteu a este espaço, remeteu ao Legislativo o debate. E, sempre que possível, nós vimos até a Câmara para estabelecer esse debate, mas nem sempre alcançamos o sucesso esperado pela categoria. E os projetos foram aprovados, retirando direitos históricos dos servidores e servidoras do Município. Nós temos, diuturnamente, digamos assim, afirmado e reafirmado, Ver. Bosco, que a Prefeitura de Porto Alegre não está numa situação financeira e orçamentária caótica, como o prefeito tem verbalizado para a sociedade. Nós trabalhamos, conhecemos esse espaço e sabemos, Ver. Conceição, que a Prefeitura tem, sim, condições de atender à reivindicação dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Eu vou fazer a leitura de alguns dados apresentados pelo DIEESE, da situação da Prefeitura. Nós temos, hoje, conforme dados de 2015, 13.291 servidores ativos da Prefeitura; em 2018, 11.513, uma variação negativa de 13%. Nas autarquias, em 2015, 3.633; em 2018, 2.963, uma variação menor de 18%. Ou seja, existe um número de servidores bem menor do que em 2015. Isso significa uma diminuição na entrega de serviço para a sociedade. Cresceu o número de aposentados e, crescendo o número de aposentados, não tem nomeações, porque o prefeito não chama ninguém dos concursados.

Sobre a receita líquida, entre o terceiro quadrimestre de 2017 e 2018, houve uma variação positiva de 6,2%, e a despesa de pessoal caiu em torno de 1,6%. A despesa diminuiu e a receita aumentou, e o prefeito questiona sempre a Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e da Secretaria do Tesouro Nacional, o comprometimento da folha, no ano de 2017 e 2018, foi de 48%; de acordo com o TCE, foi de 43%. Ou seja, está longe do limite prudencial apontado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com relação ao nosso salário, nós estamos com um achatamento acima de 24%. De maio de 2016 a junho de 2019, nós temos uma inflação de 12,75%. A alíquota da Previdência nos retirou 3%. E nós temos as perdas históricas que chegam a 8,85%. Tudo isso ultrapassa os 24% de achatamento salarial.

A categoria dos municipais e municipais, hoje, está empobrecendo, está sem condições de manter as suas dívidas em dia por conta de seu achatamento salarial. Nós temos as progressões que fazem parte do plano de carreira dos servidores, que não foram pagos ainda, de 2012 a 2014. De 2014 a 2016 nem teve o estudo iniciado ainda. Ou seja, os servidores, hoje, infelizmente, estão sendo tratados como *persona non grata* por esta administração. No ano passado, na discussão da Lei Orçamentária Anual, o prefeito nos retirou do Orçamento, nós tivemos que apresentar uma emenda nesta Casa, e aprovamos, para repor a inflação de 2017 e 2018, ou seja, o Legislativo autorizou o prefeito a repor a inflação, e, se hoje a situação da Prefeitura é uma situação confortável, então pode, sim, basta vontade política do governo. É por isso que estamos aqui no Legislativo, porque o Legislativo, também dentro das suas atribuições, tem o dever de intermediar essa relação quando existe um conflito entre servidores ou qualquer segmento da sociedade junto com o Executivo. Então cabe a esses vereadores, é isto que estamos pedindo aos vereadores e vereadores, a intermediação de uma abertura, Ver. Alvoní, de uma mesa de negociação para que possamos, sindicato, categoria, discutir a reposição da inflação, pelo menos um calendário da reposição da inflação.

Nós não podemos mais ser tratados da forma como estamos sendo tratados pelo Executivo Municipal. Esses servidores que estão hoje atuando no Município de Porto Alegre são servidores que atendem na área da educação, na saúde, na assistência social, no DMAE. Todos os serviços prestados pela cidade de Porto Alegre são realizados por servidores, servidores muito competentes, servidores que estudam e se qualificam para apresentar esse serviço. Nós temos na educação, na saúde e na assistência social servidores que têm mestrado, doutorado e pós-doutorado, e todo esse conhecimento está à disposição da cidade de Porto Alegre, está à disposição de cada morador desta cidade. É isto o que estamos solicitando aos vereadores e vereadoras, que se manifestem, que conversem, que vão até o prefeito e as bancadas pedindo a intermediação deste processo, a abertura da mesa de negociação. Não dá mais para a gente aceitar esse tipo de política onde o Executivo coloca os servidores numa condição de inimigos da administração. Nós fazemos parte da administração pública, os governos são passageiros, nós continuamos e não podemos ser tratados da forma como estamos sendo tratados. Não podemos aceitar que a cidade de Porto Alegre, que tem, historicamente, serviços prestados à comunidade, bons serviços, seja tratada dessa forma. E quem sofre com isso, com certeza, não são apenas os funcionários, quem sofre com isso são os contribuintes desta cidade, que têm seus serviços, muitas vezes, precarizados por falta de condições dos trabalhadores de apresentar um bom serviço para a cidade. Nas unidades de saúde, nos hospitais, as pessoas estão esperando, esperando 10, 12 horas para serem atendidas por falta de servidores; na área da educação, os professores estão se esmerando, dando aquilo que têm e aquilo que não

têm para atender bem aos alunos; na área da assistência social, os servidores estão todos os dias nas ruas também atendendo à população que mais necessita, por quê? Porque são servidores que escolheram fazer o seu trabalho e fazem isso com muito amor, fazem isso com vontade, com desejo, porque escolheram para sua vida atender à população de Porto Alegre. Esse é o objetivo dos servidores. E, sendo esse o objetivo, de servir a população, nós queremos ser tratados como tal. Tratados com respeito não só pela cidade de Porto Alegre, mas com respeito pelo Legislativo, respeito pelo Executivo e por todos aqueles que se relacionam com os servidores do município.

Portanto, esse é nosso pedido, Ver.^a Mônica, para que esta Casa, mais uma vez, possa neste momento solicitar ao prefeito para que a abertura dessa mesa de negociação para que a gente possa, então, buscar aquilo que nos é de direito e que nós conquistamos ao longo da história dos municipais, os municipais de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; é justa e importante essa reivindicação que o funcionário público está fazendo em Porto Alegre: dialogar, conversar, tentar chegar a um entendimento, porque, na realidade, existe uma lei sobre a reposição da inflação.

Já é o terceiro ano consecutivo que o governo municipal não repassa a inflação aos municipais. Então, penso que chegou o momento de o Sr. Prefeito receber o sindicato; e nós, Presidente, dentro das nossas possibilidades, podemos tentar fazer essa interface.

Agora, essa situação – que já esteve, Terres, inclusive na relação governo municipal e Câmara muito mais difícil do que é hoje –, em relação a esta Casa, parece que o prefeito fez uma reflexão maior, embora não seja 100% daquilo que gostaríamos, que seria ter o entendimento que tivemos com governos anteriores, os do PT, do PP, do PMDB, do PDT: que vocês também participaram dessas rodas de conversa. Da minha parte, da parte desta Casa e inclusive do pessoal da base, que deve ter o interesse de possibilitar essa conversa, vamos ver se se chega a um entendimento.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Bosco. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde Presidenta Mônica, diretor Alberto Terres, municipais e municipais que estão aqui, cidadãos e cidadãs. O Ver. Bosco já me roubou as palavras, que bom ouvi-las do Bosco, que é uma

pessoa que conhece bem o Município e sabe que, no mínimo, deve haver mesa de negociação. Acho que entra ano e sai ano e está aqui o Simpa pedindo negociação. Parece-me que uma Câmara que reajustou os vencimentos dos vereadores e dos seus servidores tem um dever moral de apoiar essa luta por negociação com o prefeito. Fora disso, estaríamos sendo totalmente insensíveis e talvez outros pejorativos negativos que eu poderia usar.

Eu trago aqui uma informação divulgada pela imprensa, que mostra claramente as intenções do governo: “Para 2018, na lei orçamentária anual, o prefeito prevê um déficit de R\$ 708 milhões”. A mesma notícia de um outro órgão de imprensa noticia o que foi verdade: “Termina 2018 com um déficit de R\$ 75 milhões”; 9,4 vezes a menos! Portanto, estamos diante de um governo que faz claramente um aprofundamento, uma narrativa de aprofundamento de uma crise. Eu não estou dizendo que está sobrando dinheiro, não é isso; se está sobrando dinheiro, o secretário da Fazenda vem à Câmara e anuncia superávit, portanto, tem dinheiro, sim, para pagar aquilo que decide pagar o prefeito. Então fica a nossa solidariedade e um apelo para que a Câmara intervenha mesmo para que o prefeito, se não recebe os municipais, receba os municipais com o conjunto de vereadores e vereadoras desta Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Mônica; Terres, dirigente do Simpa, eu creio que é uma situação muito preocupante, porque o desrespeito aos servidores realmente é muito evidente. No Jornal do Comércio de hoje, o prefeito Marchezan diz que as finanças de Porto Alegre estão recuperadas – não sou eu que estou dizendo, é o prefeito da Cidade que diz. Só que não é possível que, com as finanças numa situação já de recuperação, os servidores públicos sejam tratados com o desrespeito e o descaso com que estão sendo tratados. Além de, há mais de três anos, não terem reajuste, não terem reposição inflacionária – o que é lei –, os servidores estão tendo perda real, e não só pela não reposição da inflação, porque tiveram aumento da sua contribuição previdenciária em 3%. Então não é possível!

Eu sei que, infelizmente, a lógica do prefeito é a de derrotar o sindicato, o prefeito tem uma orientação política de liquidar qualquer forma de organização da classe trabalhadora; por isso, diante de mobilização, o prefeito orienta a repressão nos locais de trabalho; por isso, o prefeito tenta sufocar financeiramente o sindicato; e, por isso, dia sim, outro também, o prefeito trata de denunciar o Simpa como se o Simpa tivesse interesses partidários. Não! O Simpa tem interesses econômicos, sociais, direitos básicos a defender, e é isso o que eles estão fazendo aqui. E nós, da Câmara de Vereadores, que sabemos, porque não é possível que não se saiba que os servidores públicos são a base da garantia de um bom serviço, infelizmente, o que temos visto na evolução da cidade é que há uma redução dos servidores públicos – redução no número,

redução nos salários – e um desrespeito crescente na relação do governo com os servidores de tal forma que nós temos, Presidente Mônica, sim, a obrigação de atender essa demanda do sindicato, e acho que a senhora, na condição de Presidente, tem que tomar para si esse problema. Não é mais possível que o prefeito desrespeite os servidores, e que a Câmara de Vereadores silencie em relação a isso.

Este é o meu apelo a senhora, como presidente, acho que a Câmara tem força, se quiser exercer a força, e não ser subserviente aos interesses de um governo autoritário, contra os servidores, portanto, contra a cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Presidente, Mônica, Terres, categoria dos municipais que estão aqui presentes; primeiramente, saudar a importante iniciativa de virem aqui e estabelecer esse diálogo. Contemplou-me muito a fala do Ver. Bosco, nesse sentido, a busca de todos os instrumentos democráticos para tentar pautar uma luta digna, justa, e como a gente, enquanto Câmara de Vereadores, consegue ter um posicionamento em relação a isso.

Primeiramente, me indigna estar com a Câmara novamente fechada. Qual o significado simbólico e efetivo que existe de a gente ter o principal acesso à Casa, restrito, inclusive, para quem pega ônibus, que nem eu? Tem uma parada na frente da Câmara de Vereadores, e não é a primeira vez que a gente, em projetos polêmicos, vê a Casa do Povo fechada, com o seu acesso principal e restrito na lateral. E hoje, também não entendi qual a necessidade de estar fechada a principal entrada, inclusive, para a acessibilidade, que eu sei que o portão principal tem a possibilidade para cadeirante acessar, e a lateral eu desconheço.

Segundo, é um direito nosso conquistado, a reposição. Nós, vereadores, recebemos o reajuste inflacionário de 4,94% encaminhado pela Mesa Diretora. É a questão dos dois pesos e duas medidas; temos que refletir que aquilo que é bom para nós, é bom para o povo. Receber salário em dia é bom para qualquer trabalhador que exerce a sua profissão. Receber a reposição inflacionária é um direito nosso, e a gente tem que brigar, eu acredito, que, enquanto vereadores, para que isso seja respeitado, porque, infelizmente, a gente vive num país em que se não tem briga, não tem mobilização, não tem greve, boa parte das leis que compõem as reivindicações dos trabalhadores são patroladas, são colocadas de lado.

Então, eu quero saudar por vocês estarem aqui. É importante a gente ser sensível e ser solidário a isso também. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada Presidenta, Mônica Leal, prezado Terres, que representa, junto com vários municipais, não só o Simpa, mas a categoria dos municipais da cidade de Porto Alegre, que retornam a esta Casa para buscar o que tem de mais sublime e mais essencial em qualquer democracia: pedir o diálogo. Se não há diálogo, não há concertação; se não há diálogo, não há construção; se não há diálogo, não há entendimento. Portanto, Sra. Presidenta, eu creio que é papel, sim, nosso, desta Casa, da senhora como Presidenta, nós da oposição, assim como o bloco da situação, representado pelo Ver. Mauro Pinheiro, construirmos esse entendimento do diálogo. O resultado do diálogo não sabemos, porque se não há diálogo, não podemos prever resultados; se não há diálogo, só tem um resultado, que é o resultado da incoerência, da intolerância, da discriminação, e isso traz prejuízos não só para os municipais, porque, se os municipais têm prejuízo, quem tem prejuízo é a cidade de Porto Alegre. É isso que nós estamos tratando aqui, porque o atual governo municipal fez uma reestruturação administrativa, mas não concluiu essa reestruturação e o funcionalismo está perdido dentro da Prefeitura, aí alega que é ineficiência administrativa dos municipais. Não. Não é dos municipais. É uma falta de gestão e de condução política de um projeto de cidade, e entre isso está, sim, a reposição salarial e tem as perdas que estão nos mapas do DIEESE, que o reajuste de 2016 a 2019 tem 12,6% que seria o reajuste necessário, mas nós temos, lá do início do governo Fogaça, 2003 a 2006, 8,85% que não foi repostos. Então, essas contas precisam ser analisadas porque cada um de nós, quando exerce uma atividade profissional, tem um pré-acordo estabelecido, tem regras determinadas, e é claro que nós nos organizamos para que as nossas vidas e a funcionalidade do êxito do que se busca como profissional está pautado, está ali representado, e essas regras não podem ser quebradas, bem como qualquer mudança de regras tem que ser combinada, acordada com os envolvidos. Nesse caso não foi acordado com os envolvidos. Nós debatemos aqui há poucos dias, falo em nome da minha bancada do Partido dos Trabalhadores – em meu nome, no do Adeli, no do Oliboni, no do nosso líder, Ver. Marcelo Sgarbossa –, mas tenho certeza de que falo também em nome dos colegas da oposição desta Casa, que já se pronunciaram. Nós estamos dizendo que a oposição tem a disposição para constituir um diálogo na cidade de Porto Alegre com a categoria dos funcionários públicos municipais, buscando algo que é de direito. Há poucos dias, o secretário da Fazenda foi à imprensa largamente alardear que, nesse primeiro trimestre, tinha quinhentos e setenta e poucos milhões de superávit. Que diabo é esse? Tem superávit, mas, na hora de cumprir os seus compromissos, diz que tem déficit. Tem uma contradição enorme colocada aí que o governo não explicou, a liderança do governo aqui não explicou, e a base do governo aqui não explicou. Nós queremos estabelecer esse diálogo com os colegas vereadores João Carlos Nedel, que aqui está, Mauro Pinheiro, Cassiá Carpes, Mendes Ribeiro, que são da base do governo, para que nós possamos construir essa mesa de diálogo para estabelecer um entendimento de que quem tem que ganhar é a cidade de Porto Alegre.

Funcionalismo público satisfeito, funcionalismo público bem remunerado naquilo que lhe é de direito cumpre com as suas funções e as suas atividades, sejam lá na periferia da cidade, sejam nas atividades centrais e estratégicas aqui dentro da cidade. Portanto, diálogo é a saída. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Como temos poucos líderes no plenário, eu sugiro encaminhar esse assunto para a reunião de líderes desta quarta-feira, para que nós possamos definir a solicitação feita pelo Simpa na Tribuna, que nada mais é do que uma intermediação com o Executivo, para que sejam recebidos para tratar da reposição salarial.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h44min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 14h45min: Estão reabertos os trabalhos. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Gostaria de fazer um breve esclarecimento: semana passada, não pude trabalhar com os colegas, pois tive que me afastar em virtude de conjuntivite, que me afetou o olho direito; estava em tratamento. Eu gostaria de fazer uma saudação especial aos colegas municipais, que aqui estão, pois desde 2017 estão sem receber a reposição inflacionária e as perdas salariais oriundas justamente da inflação desse período. Portanto, perde o servidor municipal, que vê o seu salário minguando ano após ano, e perde, também, de certa forma, a cidade de Porto Alegre, que tem também um freio, uma redução da sua economia, já que vivemos numa cidade que baseia-se, principalmente, no terceiro setor. Também temos aí alguns assuntos que, desde 2017, começam a ser propostos pelo então prefeito eleito Nelson Marchezan Júnior, que deterioram as nossas condições de trabalho e atacam diretamente as nossas carreiras.

Gostaria, também, de fazer um pouco da minha área de atuação. Durante os anos que pude estudar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, passei por diversas cadeiras na Licenciatura em Ciências Biológicas, e, em muitas delas, estudamos teorias educacionais. Estudamos várias, mas, infelizmente, como nós temos um tempo restrito, um tempo bastante limitado nas nossas graduações, nós precisamos continuar estudando a vida inteira para nos apropriarmos de tudo que há por trás da nossa área de atuação, e, mesmo assim, ao final de uma carreira dedicada a determinado ofício, não somos os donos do saber. Não somos. Durante a minha graduação e durante

a minha prática profissional como professor nas escolas da rede privada e também mais recentemente na rede pública municipal, pude me deparar com diferentes metodologias de ensino. Estudei, por exemplo, uma metodologia de ensino que a sua época, quando proposta, foi inovadora. Por quê? Porque havia fundamentação, havia aplicação do método científico, mas nem por isso os colegas professores e professoras que estão aqui presentes vão apoiar integralmente essa metodologia que na época da sua proposição foi inovadora, que era o behaviorismo, defendido por Skinner, que tratava basicamente de estimulação a partir de prêmios. Isso, de certa forma, é extremamente ultrapassado. Não podemos chamar atualmente isso de inovador. Não podemos chamar de inovador! As inovações são propostas e de certa forma têm um caráter de nos fazer repensar as metodologias existentes e impulsionar as que virão. E eu falo isso porque, como todos os professores e professoras que estão aqui me assistindo, sabem que Skinner não é novo, não é inovador e não tem muito a contribuir, atualmente. De certa forma, o projeto Lumiar também não tem nada de inovador. Nada de inovador! E na semana passada, infelizmente, não pude subir a esta tribuna para contrapor as falas do Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, que trouxe essa metodologia como revolucionária, que iria mudar os parâmetros da educação de Porto Alegre. E citou que esta iniciativa foi premiada pela Microsoft, pela Unesco. Sim, em 2007, Ver. Roberto Robaina, que me assiste atentamente, o projeto Lumiar recebeu o prêmio, mas não tem nada de inovador! O projeto Lumiar, na verdade, é uma grande concha de retalhos. Ele apresenta traços da metodologia desenvolvida por Jean Piaget, o construtivismo; essa colcha de retalhos tem, também, uma pequena emenda da linha de trabalho das escolas montessorianas; a questão da estimulação constante flerta também com alguns traços do que foi proposto por Skinner, no behaviorismo; tem também alguns elementos da Escola Waldorf. Ou seja, o projeto Lumiar não tem inovação alguma; a grande inovação é dita pelos próprios trabalhadores das escolas que aplicam essa metodologia: não há necessidade de o tutor ser um professor ou ter formação acadêmica em pedagogia ou licenciatura – isso é dito com todas as letras por aqueles que trabalham lá. Obviamente, não pelos vídeos institucionais que a Prefeitura está disseminando. Obviamente não, pelo que defende o secretário de educação Adriano Naves de Brito, que, por sua grandiosíssima incapacidade de compreender o que é educação básica, porque ele foi forjado e trabalhou a sua vida inteira dentro da academia, na Unisinos, como professor de curso superior, ele é incapaz de fazer uma leitura do que é pertinente ou não; não consegue fazer uma leitura de que os projetos com que ele está acabando nas nossas escolas da rede própria são projetos que vão ter similaridade àqueles apresentados pela Aldeia Lumiar. Trabalhar com projetos, as nossas escolas fazem isso, quer dizer, faziam, antes do Sr. Adriano Naves de Brito, antes do prefeito Nelson Marchezan Júnior, porque os projetos foram cortados! É isso que nós temos no Município de Porto Alegre: a rede própria está sendo atacada, para precarizar ainda mais o serviço oferecido às crianças da periferia, já que o projeto Lumiar foi colocado, como polo inicial, no bairro Tristeza. Quais os critérios que foram utilizados para selecionar o bairro Tristeza? É um bairro que apresenta maior vulnerabilidade social desta cidade? É um bairro com maior percentual de crianças pobres nesta cidade? É um bairro que apresenta

dificuldade de acesso e alto índice de violência e criminalidade? Nenhuma dessas respostas é afirmativa. Por que o bairro Tristeza? Se quiserem implementar, como polo-piloto, numa escola conveniada da Prefeitura – existem mais de 220 escolas conveniadas todas elas recebendo uma merreca para funcionar, se não me engano o repasse é menos de R\$ 6 mil –, utilizem uma escola conveniada em um dos bairros que mais precisa do serviço público. Coloca na Restinga Velha, coloca no Rubem Berta, coloca no Sarandi, na Bom Jesus, agora, eu não consigo entender por que o bairro Tristeza. Eu gosto do bairro Tristeza, cresci na Zona Sul de Porto Alegre, conheço os arredores e não consigo identificar os elementos que levaram a Prefeitura a firmar esse acordo com a Aldeia da Fraternidade justamente no bairro Tristeza. Não é um bom parâmetro. Se quiser ver se a metodologia funciona, coloca numa região onde isso poderá ser significativo, onde poderemos dosar se, realmente, há produtividade nessa proposta, mas vão colocar num bairro em que o acesso é tranquilo, a violência não extrapola os limites do cotidiano, da cidade como um todo. Vão colocar em lugares onde as famílias têm um pouquinho mais de dignidade do que a periferia desta cidade e aí nós vamos mascarar, através deste contexto, os dados que serão obtidos.

Eu participei de um programa de rádio, o Esfera Pública, há um tempo, com o Ver. Felipe Camozzato, o Ver. Mauro Zacher e o Ver. Felipe Camozzato, na semana passada, se mostrou muito tenso porque afirmava que trazia dados, trazia números e que nós criticávamos ele por apresentar números. Eu nunca critiquei números, eu sou muito fã de números, muito fã, porque é através de dados que se constroem políticas públicas efetivas, políticas públicas que podem mudar a vida das pessoas; fazer tudo de forma empírica, através do achismo, como tem feito a Secretaria Municipal de Educação, é que nos leva esgoto abaixo. É isso que o secretário Adriano Naves de Brito propõe para a educação desta cidade, o achismo como metodologia a ser implementada. Eu gosto de números. Os números são necessários. Quantas pesquisas foram feitas por esta Prefeitura? Aliás, não vamos falar em pesquisas, porque temos cem escolas próprias neste Município. Perguntem ao secretário Adriano Naves de Brito em quantas destas cem escolas ele botou seus pés? Em quantas ele botou os pés, quantas comunidades ele visitou, esteve frente a frente com direção, com professores, com supervisão, com os alunos e seus familiares? Parafraçando o Ver. Cláudio Janta, que há tempos usou uma frase muito bem empregada, dizendo que o prefeito Nelson Marchezan Júnior é o prefeito que não gosta de pobre; o secretário Adriano Naves de Brito também tem horror a pessoas humildes! Talvez por isso ele não vá. Foi professor sua vida inteira, da academia, de uma universidade privada, de ótima qualidade, de referência, porém não quer conhecer a realidade das crianças às quais prestamos nosso serviço. Por isso faz muita besteira! Quatro refeições por dia é o mínimo de dignidade que podemos oferecer às nossas crianças, principalmente àquelas que não têm quatro refeições ao dia. Agora, somente alimentá-las é insuficiente, Ver. Mauro Pinheiro; nós precisamos, também, trabalhar de forma séria. E nós não tivemos, no Município de Porto Alegre, a implementação e o diagnóstico se há efetividade do trabalho do projeto Lumiar, porque ele não pode ser implementado em local onde não vá gerar dados concretos para embasar nossas observações. Quer implementar como projeto-piloto, pega uma escola

lá na Restinga velha, pega um projeto-piloto. As nossas escolas conveniadas são sucateadas, são maltratadas, recebem poucos recursos da Prefeitura. Isso não é uma crítica a esse governo, isso é uma crítica que vem ao longo do tempo: a precarização da oferta da educação pública, através de uma rede conveniada privada só precariza os serviços: as crianças comem mal, as crianças são mal atendidas, os profissionais que atendem não são capacitados, muitos não têm sequer o curso normal, ou o magistério, são apenas cuidadores – isso nós não gostamos, nós não queremos. Então vai implementar? Implemente, mas implemente num lugar significativo, não no bairro Tristeza, não venham mascarar dados, não venham fazer gambiarra para depois dizer: “Olha que maravilha, os dados desse projeto são maravilhosos”. Coloca lá onde a população é muito vulnerável, está à beira da miséria, aí vamos ver se esse projeto tem, sim, significativos acréscimos para a nossa população, enquanto isso, não vamos aceitar calados um investimento grande.

Eu gostei quando o Ver. Mauro Pinheiro lembrou que eu sempre me refiro aos custos da educação como investimentos e não como gastos. Eu agradeço a ele por lembrar dessa minha fala, porque, quando falei do projeto Limiar, eu falei em custo, eu falei em gasto, porque é o que o prefeito e o secretário afirmam, e eu estava falando de um projeto da Prefeitura, não de um projeto meu. Eu considero, sim, investimento, investimento não apenas na escola, mas investimento no futuro das crianças, dos nossos jovens, dos nossos adolescentes. Agora, gasto é tirar o dinheiro de uma área tão importante como a educação e colocar num projeto aventureiro que nós não temos noção do que vai dar. É necessário ter um projeto-piloto, pois todas as escolas, todas as metodologias precisam ser testadas. Agora, dizer que trabalha com competências e habilidades, isso não é novidade, isso não é inovação. Uma EMEI de 2009 já trabalha com competências e habilidades. Por que o secretário, que acha que isso é uma maravilha e que desde 2009 é implementado nas provas que nossos alunos são submetidos, não trouxe isso para dentro da rede própria? Porque ele não tem um projeto pedagógico! Esse é o secretário municipal de educação e a sua aventura no Município de Porto Alegre. Quando começamos os nossos enfrentamentos, eu falei diretamente ao secretário que não acreditava que ele era mal-intencionado, ou não queria acreditar, preferiria pensar que era mal assessorado. Da sua área, que é a filosofia, talvez entenda, agora, a supervisão, a coordenação pedagógica da SMED é o maior fracasso que eu já vi em toda a minha vida! Eu tenho apenas 19 anos de sala de aula, eu nunca vi um trabalho tão medíocre! A coordenação pedagógica da SMED é medíocre! Tenta se apoiar num projeto como o Lumiar, como uma boia de salvação para ter pelo menos uma proposta miserável para apresentar para esta cidade! Uma proposta miserável, que não vai ser a salvação da lavoura, não vai ser! Por quê? Porque o projeto precisa ser testado. Ele só tem mais um ano e meio pela frente, se a população de Porto Alegre tiver consciência e fizer o seu trabalho direito, dizendo: “Fora Marchezan e toda a sua turma”! Um grande abraço a todos, ficamos aqui deixando o nosso repúdio ao projeto Lumiar, que é um projeto, sim, aventureiro. Em 2017, foi premiado pela UNESCO como uma das 12 escolas mais inovadoras do mundo. Mas o que é inovação? É propor

algo novo. O algo novo funciona? De 2007 até agora não temos grandes respostas, talvez a inovação não tenha servido para muito. Uma boa tarde a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver.^a Mônica, nossa Presidente; vereadores, vereadoras, público das galerias, servidores do Simpa que estão aqui, telespectadores da TVCâmara; eu venho aqui para dizer ao Ver. Prof. Alex, que sabe que tenho o maior respeito por ele, mas, neste aspecto, vereador, penso diferente de Vossa Excelência. Outro dia, estive nesta tribuna falando sobre a Aldeia Lumiar, V. Exa. não estava aqui presente, falei com o Ver. Robaina, e discordo do que foi dito hoje aqui. V. Exa. parece que tem um problema pessoal com o secretário Adriano, faz uma disputa com ele, ideologicamente pensa diferente. Eu também penso diferente do senhor, então, ideologicamente nós pensamos diferente. O senhor tem um pensamento e eu tenho outro. O senhor discorda de uma escola com uma metodologia premiada pela UNESCO, é bem isso, o senhor pensa diferente da UNESCO, do mundo, o senhor pensa com a sua ideologia e a do seu partido, que eu respeito, mas sou contrário. O que este governo pensa, com o que eu concordo, por isso sou líder do governo, é que nós temos que ter locais, como a Aldeia Lumiar, onde a gente está buscando uma metodologia que realmente não é totalmente nova, outros pensadores já desenvolviam este pensando, mas que hoje é uma questão que se está se buscando, mas ela é, sim, inovação em Porto Alegre. Por quê? Porque é uma escola é pública não estatal, onde pela primeira vez, no Município de Porto Alegre, se busca, Ver. Paulo Brum, o ensino fundamental numa escola que é financiada pelo Município, com professores particulares, neste caso com uma metodologia que o senhor discorda. Eu não sou um crítico, nem sou uma grande conhecedor da área da educação para lhe dizer se a metodologia é melhor ou pior, mas concordo com esse sistema que a Prefeitura está empregando em Porto Alegre, não só na educação, como também na saúde, nas praças públicas, concessão de parques e praças, onde a iniciativa privada vai botar seu recursos, e Porto Alegre, na saúde, está fazendo a mesma coisa nos dois postos, na Bom Jesus e na Lomba do Pinheiro, onde estamos fazendo uma saúde com organizações sociais. A Prefeitura vai pagar por um serviço que vai ser público, e nós achamos que vai ter melhor qualidade, melhor atendimento à população. A nossa preocupação, diferente de V. Exa., é com o usuário do sistema e não com os profissionais e com as corporações. Este é o nosso grande dilema, a grande diferença: o senhor defende a corporação, não defende as pessoas que usam o sistema, porque o nosso sistema de educação em Porto Alegre tem problema, sim, temos os professores do ensino público de Porto Alegre, os mais bem preparados, os mais bem pagos do Brasil, e os nossos alunos não são os melhores, são os piores, estão lá embaixo, estão na rabeira, alguma coisa está errada. Os nossos professores são os que mais ganham, são os mais preparados, e o ensino não acontece nas nossas

escolas públicas. A Prefeitura está buscando uma saída, com escolas que sejam públicas, com profissionais não estatais. O senhor fala na Escola Lumiar sem conhecer, o senhor não foi lá olhar, o senhor não foi lá acompanhar. Os profissionais que estão lá são competentes, estão fazendo um ótimo trabalho, Ver. Prof. Alex Fraga, eu estive lá e conheci. Aquelas crianças são carentes e recebem quatro refeições; têm acompanhamento de um tutor, que é um professor; tem um mestre, que é um profissional, que pode ser um físico, pode ser um engenheiro, que vai lá prestar serviço e, além disso, nós chegamos a ter três profissionais ao mesmo tempo em turmas com no máximo 25 alunos. Portanto, é uma inovação, sim, do Município de Porto Alegre. O secretário Adriano está fazendo um excelente trabalho e a corporação é contrária ao trabalho do secretário Adriano porque ele está modificando a forma de atuação dos professores que, anteriormente, não davam aula. No período de aula, ficavam cuidando da merenda e contavam como hora-aula e os nossos alunos tinham, no mínimo, um dia e meio por semana sem aula, e o secretário está fazendo os professores darem aula. Lugar de professor é na sala de aula, dando aula para os alunos, e não fora da sala de aula, por isso a corporação é contra o secretário Adriano, que faz um excelente trabalho na Secretaria de Educação. Portanto, nós estamos buscando inovação no sistema de educação. O secretário Adriano e todos os servidores da educação estão fazendo um belo trabalho, buscando novas metodologias para um ensino público, ensino gratuito, mas não estatal, que é o que o senhor defende, as corporações. Nós defendemos as crianças, os alunos e os usuários. Isso é buscar uma forma nova de trabalhar e de atuar. Por isso defendo e continuarei defendendo essa fórmula e tenho certeza de que será muito melhor para o senhor e para a senhora, para os seus filhos que estão em casa, um ensino de qualidade. Eu convido os vereadores que não conhecem para irem até a Escola Lumiar, que verão que é, sim, uma iniciativa inovadora no Município de Porto Alegre, talvez não com uma metodologia totalmente nova, mas uma excelente iniciativa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, vereador. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, para amenizar um pouquinho essa discussão, todos sabem que a minha origem é o esporte. Não tenho o costume de falar aqui sobre esporte, futebol, pois tenho espaço em veículos de comunicação para política e para esporte, principalmente o futebol, mas hoje eu quero dar os parabéns a essas gurias brasileiras, a essas moças que nos representaram muito bem na Franca, na Copa do Mundo, jogando contra a equipe da casa, a equipe mais preparada, uma equipe mais antiga, com todo o *know how*, com o torcedor ao seu lado. Eu deixei de assistir à Argentina jogar para assistir à nossa seleção feminina, porque tenho muita curiosidade. Vou acrescentar alguns dados aqui que são muito importantes para a progressividade do esporte feminino. Eu não tenho dúvida de

que em breve teremos a maior prática de futebol como esporte feminino, muito maior do que do masculino, porque a televisão agora impulsionou, essa Copa do Mundo impulsiona para que tenhamos a visibilidade que as mulheres não tinham, vereadores Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Reginaldo Pujol, Idenir Cecchim. As mulheres não tinham essa visibilidade, trabalhavam com muito sacrifício, só que agora a CBF, acertadamente, definiu que todos os times da série A e série B do brasileiro têm que ter um time feminino. Isso muda todo o panorama; o País inteiro terá futebol feminino, fora as ligas que já estão sendo constituídas. Portanto, a partir dessa Copa do Mundo, que foi a primeira com essa visibilidade em todos os jogos, correspondentes, hoje nós temos comentaristas femininas, Ver. João Bosco Vaz, hoje o campo é farto. Como disse a Marta, que é a melhor jogadora do mundo, já atingindo uma certa idade, a próxima geração é que vai consolidar o nosso futebol feminino. Eu fui presidente do Sindicato dos Atletas do Rio Grande do Sul, quando cheguei de São Borja, a partir de 1977, e em 1976, o ministro, nosso, gaúcho, Arnaldo da Costa Prieto, ainda em regime de exceção, instituiu a legislação do atleta profissional e a carteira de trabalho profissional. O Brasil foi campeão em 1958, 1962 e 1970 – tricampeão –, e ninguém se lembrava disso. O Brasil tem a maioria de seus clubes no interior, e os jogadores têm imensa dificuldade e ganham muito pouco. Lá foi instituída a carteira de trabalho do atleta profissional de futebol. A única até então, não existe outro esporte que tenha carteira de trabalho, a não ser futebol. Semana passada, sugeri ao ministro Osmar Terra, da cidadania e do esporte, que seja estudada a possibilidade da carteira de trabalho e uma legislação específica para o futebol feminino no Brasil. Bem mais adiante... Depois dessa grande partida, que perdemos, porque o futebol também é feito de derrotas, vitórias e empates, mas, depois que nós tivemos uma bela apresentação, na qual tivemos chance até de ganhar o jogo e de mais algumas oportunidades, mostrou-se que o futebol está maduro, mas ele precisa que o Brasil entenda que o futebol feminino está num patamar adiantado e que tem de ter espaço.

Só para ter uma ideia, a dupla não tem jogo das meninas na Arena ou no Beira-Rio; elas jogam o seu campeonato da série A ou o Gre-Nal, as do Grêmio em Gravataí e o as do Internacional em alvorada. Então, a partir dessa Copa do Mundo, vocês vão ver o resultado, mas há necessidade do reconhecimento dos governos para legalizar a categoria, a profissão de atleta profissional feminino.

E porque não receber essas gurias que representaram muito bem o nosso País na França? Então, presidente, estou sugerindo, se nós tivermos a oportunidade, homenagear na Casa, Ver. Robaina, Ver. Alex e Ver. Oliboni, parece que são duas, as gaúchas. Já estou vendo para nós as trazermos aqui para homenagear. É a chance de nós homenagearmos as mulheres que estão fazendo um trabalho espetacular no esporte. Futebol é difícil, mas se nota que já nascem com o dom. Há garotas com 8, 7, 6 ou 10 anos que já estão com o dom, é só aprimorar. Mas nós precisamos dar força, precisamos legitimar a atividade do futebol profissional feminino, que é o que acabamos de consolidar através da mídia, Presidente, para que tenhamos o reconhecimento da sociedade, porque sem reconhecimento, dificilmente chegaremos a um título mundial. A nova geração tem que vir com aquela imagem de vencedora, como disse a Marta, mas

sabendo que terá muitas dificuldades, como tiveram nossos craques do passado, já que em 1958, 1962 e 1970. Principalmente 1958, como dizem os mais velhos, que foi a maior e melhor seleção de todos os tempos. Aí se discute depois, foi o que vimos, a de 1970, aí ela passou a ser melhor, porque passou na televisão. Então acredito que seja o momento de valorizarmos o futebol feminino, valorizarmos essas garotas. Parabéns, representaram muito bem o Brasil. Obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Volto à tribuna em período de liderança do meu partido, o PSOL, e agradeço aos colegas de bancada, Ver. Roberto Robaina e Ver.^a Karen Santos. O Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, subiu à tribuna após a minha manifestação em Grande Expediente para contrapor alguns de meus argumentos, e fez algumas acusações de que eu estava sendo corporativista. Eu não me lembro, dentro da fala de 15 minutos que proferi, de manifestação corporativista de minha parte. Falei que o projeto, da forma como estava sendo apresentado, num bairro de classe média, média-baixa, não teria dados significativos para averiguar sua eficácia. Eu não estava falando que era para implementar na rede municipal ou dizendo que só a rede municipal tem um trabalho de qualidade. Não! Senhoras e senhores, eu trabalhei em escola pública na Lomba do Pinheiro, mas durante a maior parte da minha vida dei aula em escolas privadas. Já dei aula no Colégio Farroupilha, no Colégio Americano, no Colégio Leonardo da Vinci, já dei aulas em várias escolas desta cidade e algumas do interior, bem como alguns pré-vestibulares. É desonesto, no mínimo, cobrar o mesmo rendimento de uma criança que apanha do pai, apanha da mãe, quando ouve um barulho na rua se atira no chão, porque sabe que muito provavelmente é tiro, o mesmo desempenho das crianças que estudam nessas escolas nas redes privadas. É desonesto, beira o mau-caratismo cobrar um alto rendimento de crianças que não têm as mínimas perspectivas na sua vida, porque elas não lhes são propostas, não lhes são apresentadas. Quando um projeto, por exemplo, de robótica, um projeto de luta, arte marcial, um projeto de humanidades é retirado das salas de aula, é retirado das escolas da rede própria, o que nós estamos apresentando para essas crianças? Nada, nós estamos apresentando a perspectiva de futuro que não existe, e muito facilmente essas crianças serão seduzidas pela criminalidade. É isso que nós temos. Colocar um projeto que se diz inovador dentro de um bairro que não tem altos índices de violência, de criminalidade, que não tem baixos índices socioeconômicos é mascarar dados. Essa é a minha grande crítica. A minha crítica também vai com relação à metodologia. Eu não consigo compreender a dispensa de um profissional capacitado para substituição por um tutor. Tudo bem, o tutor pode ser um professor, mas não é o que diz o projeto Lumiar, porque não há essa obrigatoriedade, não há essa necessidade. Ele será coordenado por um mestre. Quem é mestre? Ele é um

jedi, como o mestre Yoda? Ele é um mestre da capoeira? Ele é um mestre do quê? Mestrado acadêmico? É um mestre do quê? Não se sabe, ninguém diz, porque não é importante para a Secretaria Municipal de Educação. O importante é ter algo, é ter uma falsa fantasia para vender à população, já que não se tem projeto, já que não se tem a dedicação para construir um projeto pedagógico para esta cidade, um projeto de rede, um projeto para as escolas conveniadas. Tem-se um papelzinho e um monte de folhas secas para levantar uma cortina de fumaça e dizer: “Estamos fazendo”. “Estamos fazendo neste ano para cem crianças; ano que vem, duzentas; no próximo ano, trezentas”. Quantas crianças estão na faixa etária da educação básica nesta cidade e que as suas famílias não têm dinheiro para custear o ensino privado e precisam, por isso, recorrer às redes públicas. Essa falta de responsabilidade é alvo das nossas críticas. Não aceitamos cortina de fumaça! Quer implementar projeto-piloto? Implemente em um bairro vulnerável desta cidade e não na Tristeza!

Por favor, senhoras e senhores, repetir reiteradamente mentiras, não dá para aceitar! A Prefeitura aumentou o tempo que os alunos são atendidos em sala de aula. Antigamente, as crianças eram atendidas por quatro horas e meia na segunda, na terça, na quarta e na sexta-feira – quatro horas e meia nesses dias. Na quinta-feira, quando existia reunião pedagógica, as crianças eram atendidas por um período reduzido: três horas. Se nós somarmos as quatro horas e meia dos quatro dias, e mais as três horas de quinta, vai dar mais tempo de atendimento do que as quatro horas vezes os cinco dias que a Prefeitura atenderá pela nova proposta, a matemática é simples, só não sabe quem não quer ou quem faz vistas grossas para repetir mentiras defendendo este governo. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro, o vereador que aqui me antecedeu na tribuna disse algumas coisas sobre as quais eu não ouvi aqui alguém falar. Ele falou sobre comparar escolas com alunos que têm dificuldades sociais – e existem muitos desses alunos –, todos nós temos que concordar que não pode se comparar com outros locais, com filhos de ricos, V. Exa. quis dizer isso, eu acho que está certo, não dá para fazer essa comparação. Agora, comparar uma escola estadual pública do bairro Tristeza com a Escola Lumiar, que também é na Tristeza, aí, sim, vamos comparar! Não vamos fazer a comparação que o senhor quer fazer; vamos fazer a comparação que tem que ser feita. A mesma escola, o mesmo local, os mesmos alunos, a mesma condição social, aí, sim, vamos comparar os dois aproveitamentos. Se a escola for na Tristeza, vamos comparar com a escola pública que estava nesse local, porque serão os mesmos alunos. Se a escola for na Zona Norte, vamos comparar com o pessoal da Zona Norte, porque tem alguns locais lá que realmente têm muitas dificuldades sociais, e nós temos que ter bons

olhos para isso, nós temos a obrigação, a responsabilidade de proteger esses alunos. Então, vamos fazer a comparação dos iguais, segundo vossa declaração. Eu acho que, como pessoas, todos são iguais, mas temos que reconhecer, sim, a dificuldade de ter medo, de ter o pai drogado, de ter o pai alcoólatra – com isso, sim, nós estamos de acordo. Se bem que pai alcoólatra, pai drogado tem também no meio de rico, não é só no meio de pobre. Nós estamos cheios desses exemplos. E há as dificuldades das crianças com as brigas de casais, com a separação dos pais, porque elas existem mesmo.

Eu quero chamar a atenção, meu querido vereador, porque vamos fazer a comparação da escola e do local, os mesmos, com uma administração e com outra administração. Lá nessa da Tristeza, vamos comparar o que foi até agora e o que vai ser daqui a pouco. Vamos comparar; aí, vamos ter definitivamente um diagnóstico para saber se funciona ou se não funciona. Quem sabe, amanhã ou depois, nós possamos ter numa região vulnerável uma escola como a Lumiar ou coisa parecida, para comparar com a escola pública que lá está hoje, com a administração pública. Elas vão continuar sendo públicas porque o ensino vai continuar de graça, nós vamos só comparar quantos por cento de aprendizado tem a mais ou a menos na Escola Lumiar, que é pública – apenas me parece que dá um pouquinho menos gasto, mas é pública –, e nós vamos ver o aprendizado. Eu tenho certeza de que, daqui a pouco, nós vamos poder comparar e criar um diagnóstico dos dois jeitos de se lecionar. Vossa Excelência já lecionou, e é um bom professor, para escolas de primeiro nível de Porto Alegre, como Leonardo da Vinci e Farroupilha. Todos esses colégios são de primeiro nível, e é claro que lá as escolas e os professores têm melhores condições de dar aula, sem medo, sem pressão. Vossa Excelência também trabalha em escola pública – ou trabalhou muito em escola pública – e aí, certamente, o senhor viu a dificuldade dos alunos, que é diferente do Colégio Farroupilha. Então, vamos torcer para que dê certo para as crianças, sem nos preocupar se o professor é público, ou se é professor contratado por uma entidade privada. Nós temos que, permanentemente, ficar preocupados com o aprendizado dos alunos. Eu, no meu caso, quero que todos os professores possam aproveitar as aulas que dão, que ensinem bastante para aquilo que eles foram contratados: ensinar as matérias do currículo escolar do Município, do Estado, ou da Nação. Que a escola e professor sejam bem cuidados, mas, principalmente, os alunos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito ao Ver. Mendes Ribeiro que assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quinze vereadores presentes. Não há quórum.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC): Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, o assunto que eu trago é o fato da liberação de, aproximadamente, dois mil brigadianos. Nós fizemos aqui um manifesto, e aqui quero fazer um destaque ao Ver. Valter que foi quem orientou 34 entidades representativas do Município. Faz-se justiça ao citar o Ver. Valter porque foi uma indicação dele, foi uma orientação dele, inclusive, para que nós pudessemos entrar com o manifesto da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, solicitando que, neste momento em que estão sendo liberados aproximadamente dois mil brigadianos, possa Porto Alegre ser contemplada não apenas com o número da população de aproximadamente 1,5 milhão de habitantes, mas também com a população que automaticamente passa pelo Município, que é uma população em torno de 4 milhões de pessoas. Nós temos aqui uma relação dessas 34 entidades. Na última quarta-feira, protocolamos junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o Ver. Felipe Camozzato também foi um dos procurados, já fez a moção, todos os vereadores assinaram essa solicitação dada a preocupação pela segurança pública no Município de Porto Alegre, segurança pública essa tão falada e defendida nesta tribuna pelo Ver. Comissário Rafão e pelo Ver. Cláudio Conceição, que falam muito sobre a segurança do Município. Quero deixar o registro desta moção que não tem partido, todos os vereadores que deu tempo de procurar, que foram procurados assinaram esse documento, que é direcionado ao governador do Estado, dada a preocupação da Câmara de Vereadores com a questão da segurança. Há também a preocupação dessas 34 entidades que representam moradores de vários bairros de Porto Alegre, inclusive presidentes de associações de moradores que nos procuraram. Quero fazer o registro dos vereadores que estiveram conosco: o vereador líder do governo, Mauro Pinheiro; o vice-líder do governo, Ver. Moisés Barboza, e todos os vereadores que participaram e que estão participando conosco dessa moção, dessa preocupação da Câmara Municipal de Vereadores com a segurança de Porto Alegre. Volto a dizer, faça-se justiça ao Ver. Valter, que foi quem incentivou essas 34 associações – são mais, mas são 34 as que nós temos o registro aqui – a buscarem o esforço da Câmara Municipal para que, nessa divisão dos novos policiais militares que estarão entrando, uma parcela significativa fique em Porto Alegre, valendo-se do percentual de ocorrências do Município. Faço o meu registro e agradeço pelo empenho de todos os vereadores com relação a essa situação, que é muito pertinente para Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. Hamilton. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. José Freitas.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; na realidade, eu subo a esta tribuna para fazer um alerta e, por consequência, fazer um pedido, porque já tentei diretamente com a Secretaria da Saúde, já tentei com o assessor da Secretaria da Saúde, que frequenta esta Casa, e nada foi feito. Quero falar aqui da situação do estádio Olímpico. Apesar de já ter pedido para a Secretaria da Saúde e ao seu assessor, que nos orientou ligar para o 156 para registrar, o estádio possui focos de mosquito da dengue, há criadouros de morcegos ali dentro, está jogado, está atirado – apesar dos cuidados que o estádio tem. A história do Grêmio está sendo maculada naquele estádio! Mas será que a vigilância sanitária não pode visitar o estádio Olímpico? Inclusive, o presidente do Grêmio, Romildo Bolzan, vai gostar, é um serviço público que a vigilância sanitária precisa prestar à população; basta passar no entorno do estádio Olímpico para ver a situação de sujeira, de abandono, que, por certo, está gerando doenças. Também há pessoas que estão querendo invadir o estádio para ali se estabelecerem. Estou falando isso porque passo todos os dias por ali, moro próximo ao estádio Olímpico, e dá pena de ver a situação, dá pena de ver a história do Grêmio ali jogada, abandonada. Se um vereador sugere que a vigilância sanitária vá ver o que está acontecendo, e recebe como resposta do assessor da Secretaria que é para ligar para o 156, vou ligar para o 156! Diferente do assessor do DMAE, o Rafael, quando está aqui: ele que resolve tudo, e se não resolve, pelo menos tem uma resposta para nós, vereadores. Então eu quero contar, Ver. Mauro Pinheiro, com o seu apoio, como líder do governo, para ver se a vigilância sanitária faz essa visita ao Estádio Olímpico, para ver se há foco de mosquito da dengue, se há, verdadeiramente, um criadouro de morcegos e outras situações que os vizinhos estão convivendo, e que a Prefeitura, através da vigilância sanitária, poderia se precaver, poderia se antecipar, poderia falar com a direção do Grêmio, que vai gostar, porque seguidamente o Grêmio manda limpar. A situação de abandono que aquilo ali está, não vou falar nem na parte da Prefeitura, que tem que cortar a grama da rua, no entorno, que não corta, agora, nós estamos correndo grande risco de termos ali no Estádio Olímpico focos – mais de um – de mosquito da dengue, de morcegos e outras situações que estão amedrontando e assustando a população que mora no entorno desse estádio. Fica aqui a sugestão, mais uma vez, à vigilância sanitária, e que eu não precise, de novo, ligar para o 156. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a manifestação do Ver. João Bosco Vaz coloca no debate mais uma decorrência da quebra do nosso País, decorrência direta da operação Lava Jato, que foi a quebra da OAS, com quem deveria, a essa altura, estar o Estádio Olímpico, dentro da transação que se daria, com a passagem da plena propriedade da Arena para o Grêmio, que detém hoje a posse sobre a área, e não a propriedade, e passar para a OAS, no caso, a sua sucessora, o imóvel onde foram historicamente desenvolvidas as atividades, desde 1954, pelo Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. Eu sou informado de que pelo menos parte do problema começa a ser resolvido, porque uma empresa estaria sucedendo a OAS e, com isso, estaria sendo resolvida parte do problema do entorno da Arena do Grêmio, lá no bairro Humaitá, na Vila Farrapos. Por isso, eu quero dizer ao Ver. Bosco que ele conte comigo, porque nós temos que aprofundar esse assunto. Se há esse risco, não tem que estar se discutindo coisa nenhuma. Se é uma área onde há, abertamente, a possibilidade de contaminação da dengue e de outras doenças com tais características, é preciso que todo Município de Porto Alegre, toda estrutura – inclusive por que não a Secretaria da Saúde, em primeiro lugar – assumam, imediatamente, providências nessa área, independente de qual a sua situação jurídica.

Aliás, encontrei o Ver. Bosco no Brique da Redenção, no dia de ontem, domingo, e ele concordou comigo que nós precisamos ter uma atuação conjunta no sentido de preservar o Brique nas suas funções tradicionais, na medida em que, pelas mais diferentes razões, se instalam no Brique, sem que haja uma atuação de fiscalização mais efetiva, inúmeras atividades que hoje já são provavelmente em número igual àquelas que, efetivamente, se encontram regularizadas. Então eu estou anunciando que, atendendo, inclusive, apelo de vários expositores, venho, ainda esta semana, conversar com o Dr. Luis Antônio, que hoje responde pela Diretoria de Comércio e Indústria, sucessora da SMIC, da nova organização do Município e, se preciso, irei conversar também com o secretário de Desenvolvimento para nós, em conjunto, estudarmos uma forma, não diria de repressão, mas de fiscalização objetiva quanto à oferta de cem números de produtos que não fazem parte ao artesanato e muito menos são antiguidades. São produtos de sobra industrial que são colocados à venda por valores, muitas vezes, entusiasmadores diante do preço de uma jaqueta do Grêmio, do Internacional, por um preço mais convidativo, mas com o risco de a pessoa estar comprando “nabos em saco”, ou seja, comprar alguma coisa que não é, efetivamente, aquilo que lhe está sendo vendido.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu não quero, na tarde de hoje, fazer uma reclamação, mas fazer uma afirmação de que estou assumindo esse compromisso com os expositores não para reclamar do governo, mas dizer ao governo que é preciso que se tome uma atitude positiva. Se isso é entendido como reclamação ou não, é outro problema. O que eu estou dizendo é que estou assumindo essa postura correta sob todos os aspectos, clara e transparente. Sem dúvida nenhuma, vou chegar ao supervisor da área, a quem eu devo me dirigir pessoalmente, e, claramente, vou expor a gravidade do problema, vou ouvir as suas dificuldades e vou

procurar, com ele, estipular meios, formas adequadas para, dentro da realidade dos servidores municipais, enfrentarmos essa situação que não pode degradar esse símbolo cultural da cidade que eu tenho um grande orgulho de ter sido o seu instituidor, que é o Brique da Redenção.

Sr. Presidente, agradeço a sua tolerância no tempo, faço esse registro abertamente, sem nenhuma forma de tergiversação porque isso não é do meu feitio. Pouco venho à tribuna, se vim hoje fazer essa manifestação é porque ela não é uma reclamação pura e simples, é um compromisso que assumi com os briqueiros de pugnar aquele tracionamento da situação que já se alonga por mais tempo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Srs. Vereadores, o Ver. Hamilton está aí? Primeiro quero agradecer a nobreza de espírito do meu colega, Ver. Hamilton, que fez a referência, dizendo que estamos engajados há muito tempo nesta questão da segurança, assim como vários vereadores, especialmente a Associação Conviver Melhor, do bairro Jardim Botânico, com quem vinha conversando há muito tempo, ajudando na construção de um posto policial. Aí o pessoal me perguntou, há alguns dias, o que poderiam fazer para chega a voz da Câmara até o governo do Estado. Eu sugeri uma moção. Aí estávamos fazendo a moção, e o Ver. Hamilton me traz ali... Eu perguntei: “Mas como isso?” “Não, o pessoal do gabinete do Ver. Camozzato está fazendo.” E eu simplesmente cobre: “Mas quem deu a ideia fui eu e como tem alguém que está propondo isso?” Mas o propósito era outro, era ter o apoio para que, de fato, fossem alocados brigadianos onde a sociedade precisa. Eu acho que há alguns anos estamos tendo um equívoco aqui de retirar efetivo dos postos policiais. Essa presença ostensiva da Brigada Militar, da Polícia Civil, das forças públicas, é muito importante porque isso tem um papel coercitivo do crime. A ostensividade tem esse papel dissuasório; quer dizer, se o bandido, se a bandidagem sabe que ali tem um contingente policial, seja da Guarda Municipal, seja da Polícia Civil, seja da Brigada Militar, seja de quem for, do Exército brasileiro, isso constrange aqueles que têm ímpetos criminosos e que estão, na verdade, oprimindo a nossa sociedade com taxas absolutamente inaceitáveis de criminalidade. Então, quero cumprimentar os vereadores que fizeram essa moção e que estão apoiando; obrigado pela referência, Ver. Hamilton. Acho que o importante é fazer a moção, e mais importante que isso é conseguir colocar brigadiano lá, é terminar o posto e conseguir colocar brigadiano lá.

Queria falar sobre educação, Sr. Presidente. Eu estava ouvindo aqui a discussão do Ver. Mauro Pinheiro e do Ver. Alex. Vou só trazer alguns dados sobre educação para vocês verem que os filhos dos mais pobres é que estão pagando essa conta. Porto Alegre está atrás de Curitiba e de Florianópolis, no último ano em que foi

medido o IDEB aqui. A média que Porto Alegre obteve em 2017, último ano que se conseguiu fazer a medição do IDEB aqui, foi de 3,5, sendo que a média nacional tem que ser superior a 6; Curitiba conseguiu 5, Florianópolis conseguiu 4,5 e Porto Alegre conseguiu 3,5. Por que isso, se, na verdade, temos em Porto Alegre, comparando com Florianópolis e Curitiba, os professores que têm a melhor remuneração da Região Sul do Brasil? O professor da rede municipal de Porto Alegre é o professor melhor remunerado no Brasil! Eles estão ganhando entre R\$ 9 mil e R\$ 11 mil – na semana passada, o secretário Adriano Naves de Brito esteve aqui falando.

Falamos sobre disrupção, tecnologia, educação, necessidade de educar as nossas crianças, que essa é a base para o futuro, eu, consciente disso, tomei conhecimento de uma plataforma tecnológica que se chama Elefante Letrado. E fiquei sabendo que o Elefante Letrado havia doado para Porto Alegre, para rede pública municipal os direitos autorais para que as crianças, as mais pobres evidentemente, da nossa rede pública pudessem acessar a plataforma do Elefante Letrado, que é bom para as crianças na alfabetização. Eu dou um testemunho de casa, ajudou muito meu pequeno, que está com 8 anos, a se alfabetizar. É mais importante, inclusive, para os próprios professores porque tem ferramentas didáticas ali para o professor, ele dá um livro para a criança, a criança aprende a ler, faz exercícios, e o professor tem a ferramenta do aplicativo no iPad, no *tablet* para acompanhar o desenvolvimento da criança. Pois bem, a Scheila Vontobel e o Ricardo Vontobel, que são milionários – não precisavam mais estar se preocupando com Porto Alegre, eles estão morando na Flórida –, investiram nesse aplicativo, e não bastasse terem investido, doaram para Porto Alegre os direitos autorais para que as nossas crianças da rede pública possam ser beneficiadas com isso. Aí eu propus uma homenagem aqui, na Câmara, e vários vereadores estavam aqui. Quantos diretores da rede pública municipal vieram aqui, Srs. Vereadores? Quantos? Vou perguntar novamente: uma ferramenta que está fazendo com que as crianças leiam 40 vezes mais – 40 vezes! – do que a média brasileira, quantos educadores estavam aqui? Quantos diretores da rede municipal vieram aqui para prestar solidariedade, para agradecer, para dizer que aquilo estava sendo uma revolução no ensino do Município e que as crianças estavam sendo beneficiadas? Quantos? Nenhum! Tinham dois diretores aqui de escolas particulares, mas da rede pública nenhum! Façam um evento aqui da ATEMPA, que está ligado ao PSTU, ao PSOL e ao PT, e vejam quantos diretores nós colocamos aqui, nas galerias da Câmara? Olhem o que é luta do CPERS nos últimos 40 anos na educação do Rio Grande do Sul, e eu pergunto: no que isso redundou na melhoria do ensino para as crianças das camadas mais pobres, aquelas que mais precisam? É importante a luta salarial? Se é importante a luta salarial, como é que explicamos que o professor que é melhor remunerado no Brasil é na rede municipal de Porto Alegre, se Porto Alegre está no 24.º lugar no IDEB entre as 27 capitais brasileiras? Então tem que mudar o modelo da educação, mudar completamente o modelo da educação, tem que desentulhar o aparelhamento partidário de dentro da educação, tem que criar *voucher*-educação, tem que dar para o pobre o dinheiro para que, se ele quiser, vai para uma escola particular levar o filho. E tem que acabar com essa presença nefasta do sindicalismo dentro... Que, há pouco aqui, estavam três ou

quatro professoras que não deixaram o Ver. Mauro Pinheiro falar, mostrando o nível de educação. Quando falam o que querem, quando é ligado aos partidos que elas apoiam, daí respeitam. Pergunto, na sala de aula, por acaso, pode, na hora em que um professor está ministrando a sua aula, que é sagrada, os alunos começarem a contestar e a gritar lá atrás? E pode um professor começar a contestar e a gritar no momento em que um vereador que está no sagrado direito de estar na tribuna se manifestando? É claro que não pode! Mas tudo isso deixa a evidência de que é um processo de ocupação, de aparelhamento, cujo único interesse é político, cuja única guerra é política, e quem paga o preço são as nossas crianças, são os nossos jovens, que não estão sendo beneficiados. Não estão sendo beneficiados, porque os indicadores estão aí. O *voucher*, dar para o filho do pobre R\$ 500,00 ou R\$ 600,00, como já é nas creches hoje, e ele vai escolher se vai colocar no Farroupilha, se vai colocar no Anchieta, no Rosário, no Israelita, no Sévigné, ou no João XXIII. E se não estiver satisfeito, vai poder trocar. E aí nós vamos começar a fazer, sim, a verdadeira revolução que o nosso País precisa, que começa na educação, mas passa pelos valores e pelo desaparelhamento das nossas estruturas, seja da Universidade Federal, sejam das escolas estaduais, sejam das escolas municipais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro; colegas, todos os porto-alegrenses que nos acompanham aqui na tarde de hoje, vejo aqui a Federação Gaúcha de Karate, representada pelo Celso Piascki, inúmeras pessoas que nos acompanham pela TVCâmara. Eu vou pedir auxílio da área técnica da Câmara para ir passando alguns *slides* aqui no nosso telão do Legislativo.

(Procede-se à apresentação dos *slides*.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em primeiro lugar agradeço a presença do secretário Pablo Stürmer, mais uma vez nesta Casa, convidado pela Frente de Defesa à Recuperação do Centro Histórico, temos vários vereadores que integram a Frente. Ele veio a esta Casa falar de várias coberturas de atendimento à saúde na área do Centro de Porto Alegre, que há alguns impasses envolvendo a Bento Martins, que um lado da rua seria coberta por algumas unidades de saúde, o outro lado da Bento Martins por outras áreas da saúde. Eu fiquei surpresa também em ver, sobre o projeto da Prefeitura sobre a população da rua, a falta de imóveis para locar, disponibilizados ao projeto que a Prefeitura vem divulgando através da imprensa. Quero fazer um apelo para que as pessoas que possuem imóveis entrem no *site*, nas redes da

Prefeitura e disponibilizem seu imóvel para que possamos tocar em frente este importante projeto.

A Secretaria da Saúde, não só o secretário Pablo, mas também toda a equipe que acompanhou o secretário nos colocou à disposição muitas informações que vou distribuir para os vereadores de forma digital – esta apresentação. Eu fiquei surpreso, V. Exas. não têm noção do número de moradores no Centro Histórico de Porto Alegre. Temos um grande número de pessoas idosas, um grande número de trabalhadores, um grande número de pessoas portadoras de deficiência. Fiquei surpreso, porque a gente tem ali no posto de saúde Modelo, a gente tem no Santa Cecília, a gente tem grandes unidades, grandes hospitais aqui, e a gente tem uma cobertura que vem enfrentando também a questão da saúde da família. Há uma demanda muito grande em atendimento para saúde da família, há uma demanda grande do teleatendimento, que hoje a gente tem aqui as questões dermatológicas, que são, pela telemedicina, tratadas com muito êxito. Quero agradecer, de público, a Secretaria da Saúde, o governo Marchezan por ter feito, sim, uma revolução nessa área. Vários vereadores se revezam aqui para falar desse tema. A gente tem ali a unidade Santa Marta, a gente tem sete equipes de unidade da saúde da família, a gente tem o Consultório na Rua, a gente tem a unidade de saúde da Santa Cecília. Nós temos vários percentuais e muita informação disponível, mas o principal está sendo feito agora, que é buscar um espaço público – queria agradecer ao secretário Pablo por estar fazendo isso junto com o prefeito Marchezan. Estamos na busca, junto com a Procuradoria do Município, de um imóvel do próprio governo, para que tenhamos uma unidade ali no Centro dirigida ao atendimento básico e ao atendimento das famílias que residem no Centro. Muito obrigado ao secretário da saúde e ao governo Marchezan. Vou colocar à disposição de todos os vereadores esse importante material, presenteado pelo secretário Pablo quando veio a esta Casa na sua apresentação da semana passada. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Moisés Barboza. O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, eu venho a esta tribuna para falar sobre a assinatura de contrato que houve entre o Executivo e a Caixa Econômica Federal, uma verba federal que foi destinada para resolver os problemas do Extremo-Sul e da Zona Leste desta Capital. Todos sabem dos problemas, inclusive vieram até a COSMAM, Ver. André Carús, onde foi amplamente discutido o problema da falta de água na Zona Sul. E nós sabíamos que esse problema de falta de água é justamente porque havia necessidade de investimento naquela região para poder atender hoje à comunidade que vive lá, mas também os empreendimentos que estão aprovados, ou estão pendentes da aprovação final por parte do DMAE justamente pelo problema da falta de água da Lomba do Pinheiro, no Extremo-Sul, que abrange o Lami, a Restinga e

o Belém Novo. E justamente ali as pessoas vinham reivindicar que não mais fossem construídas residências plurifamiliares, ou seja condomínios, naquela região, justamente pela falta de água. Estava no limite o atendimento àquela população. E vai possibilitar, agora, com essa assinatura que houve na sexta-feira, do convênio com a Caixa Econômica Federal, firmado aqui em Porto Alegre, na Prefeitura Municipal, que novamente haja desenvolvimento e haja, sim, inclusive moradias sociais, que estão com projetos aprovados e aguardando o início da construção, na Zona Sul de Porto Alegre. Na nossa Restinga, temos diversos projetos aprovados; temos na Av. Edgar Pires de Castro, no bairro Lageado, projetos com uma demanda de cerca de três mil unidades habitacionais, mas seria impossível essa execução se não houvesse essa iniciativa da Prefeitura de buscar lá em Brasília, esse recurso que havia sido perdido no ano passado. E, através da Secretaria-Geral do Governo, que atuou, no ano passado, no gabinete da presidência da república, o ministro Marun intercedeu lá junto à Caixa Econômica Federal para que esse recurso retornasse, para que esse financiamento novamente viesse para Porto Alegre para atender a essa demanda. Então, coisas boas têm que ser aqui elogiadas, e essa é uma coisa boa. Porque nós sabemos que a questão habitacional de Porto Alegre na Zona Sul é muito deficitária e nós temos muitas ocupações que ainda estão com problema de falta de água, onde não pode haver sequer a regularização, através da regularização fundiária da Procuradoria Municipal, porque as condições hoje existentes não permitem que se faça isso. É claro que ainda a população vai ter um período de cerca de 12 meses para o atendimento pleno delas no problema do fornecimento de água, mas é claro também que podem, hoje, os empreendedores ativarem os seus projetos habitacionais que ali estavam aguardando justamente pela solução do problema da falta de água, podem eles, hoje, ser aprovados sem nenhum problema, porque até concluírem as suas habitações, com toda certeza nós teremos um fornecimento de água eficiente e com atendimento a toda a demanda. Temos grandes problemas nesse atendimento desde a Parada 4 da Lomba do Pinheiro. Na Parada 4, da Lomba do Pinheiro, nós temos o grande déficit habitacional, as ocupações de Porto Alegre e também, ali, o problema da falta de água. Nós temos, sim, lá na ponta da Ponta Grossa, lá na Serraria, que justamente a água não estava chegando àquele local. E nós vamos ter atendimento. Então, quero cumprimentar o Executivo por apressar esse convênio com a Caixa Econômica Federal e por dar a solução aos moradores, à população que vieram, aqui na nossa Câmara de Vereadores, buscar a solução em suas demandas, justamente na falta de água que é um bem maior, para que possam atender desde as crianças até os adultos da nossa cidade. Muito obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Ver. Mendes Ribeiro, queria cumprimentar os colegas vereadores, o público que nos assiste pela

TVCâmara e pelas galerias. Gostaria de aproveitar a fala do Ver. Hamilton e do Ver. Valter que mencionaram a moção de apoio à nomeação dos brigadianos para a cidade de Porto Alegre. Gostaria de lembrar aos colegas vereadores que assinaram em coautoria essa moção, que foram cerca de 20 vereadores, que o processo está no SEI aguardando a priorização com as assinaturas, para a efetiva protocolização, agora, nesta tarde.

Gostaria de aproveitar, também, o tópico da discussão sobre educação. Gostaria da atenção, especialmente, do Prof. Alex, que debateu o tema educação da tribuna. Ele, enquanto professor, e eu enquanto aluno, nunca fui docente, mas esse debate sobre educação me atrai, especialmente, dada as posições do Governo, manifestadas pelo Mauro, e dadas as posições manifestadas pelo secretário na reunião da Comissão de Finanças e Orçamento, em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça, na semana passada, trazendo dados sobre a educação. Eu lembro muito da frase atribuída a Einstein que dizia que loucura era fazer as mesmas coisas e esperar resultados diferentes. Na minha opinião, a gente vem tentando fazer a mesma coisa há muito tempo, na área de educação, e não tem dado resultado algum. A fala do Ver. Valter contempla bastante essa questão, nós temos feito as mesmas coisas na educação e os resultados não melhoram. Os sindicatos trazem suas pautas. Quando eu falo sobre corporativismo – e o Ver. Alex se coloca como uma pessoa que não está defendendo pautas corporativas –, pergunto quais são os caminhos a seguir para a melhoria da educação e que não estão contempladas na pauta corporativista? A pauta corporativista, a do sindicato da educação, é toda cheia de novos custos, acréscimos de gastos e, obviamente, de mais poder e concentração de influência daquilo que já está nas mãos dos sindicatos e partidos políticos, como o PSOL, PT e o próprio PDT. Eu diria que um dos nossos problemas reais é que o Fundeb hoje tem uma limitação de recursos para a compra de vagas na rede privada, Ver. Mendes Ribeiro, e isso é uma coisa para se alterar. É uma pauta de nível federal que poderia estar o PSOL, se estivessem preocupados com a boa educação, lutando para que o Fundeb pudesse direcionar recursos não apenas para a rede municipal estatal, mas também para vagas em escolas comunitárias. Hoje as escolas comunitárias de Porto Alegre não conseguem ter mais vagas – e por isso são poucas, são 350 vagas –, porque o Tesouro do Município tem que pagar por essas vagas. Se tivéssemos como utilizar o Fundeb, seriam muito mais crianças beneficiadas. Esse é um debate viável, factível, sobre como melhorar a educação, mas que aparentemente não interessa ao sindicato, não interessa às corporações, e não interessa ao PSOL.

Outras questões que trago na hora de debater a educação é o como melhorar. Não adianta só falarmos que precisamos de mais professores, de melhores salários ou de maior autonomia para as entidades sindicais, isso é o que temos feito desde sempre, e que não tem trazido melhores resultados. Aí trago de novo a frase do Einstein, que é “inovar e fazer coisas diferentes para tentar resultados diferentes”. Acho salutar tentar fazer coisas diferentes para verificar se está tendo algum avanço no resultado. E, por isso, essa experiência, ainda que piloto, nas escolas comunitárias, é uma experiência de se analisar, se verificar e acompanhar os resultados. Aliás, a ideia de se fazer uma

avaliação semestral dos resultados com base na prova Brasil é muito boa. Uma pena que tenhamos demorado tanto para fazermos ela, mas ela é muito bem-vinda. Espero que ela siga para além deste governo e vire uma questão do Município de Porto Alegre, para ser aplicada de maneira independente, para que a gente possa saber quais políticas públicas da educação estão dando certo e quais as que estão dando errado, para que a gente possa aprimorar aquelas que não servem e adotar aquelas que tenham resultados positivos com nossos alunos, afinal de contas os dados que a Secretaria Municipal de Educação nos traz são preocupantes e devem centrar o nosso debate em como fazer para que a gente melhore a educação. Afinal de contas, o melhor salário dentre os professores da rede municipal de ensino é o nosso, e temos um dos piores resultados. Isso é um problema que está posto, e caberá debater como melhorar, e aí me interessa especialmente que a pauta corporativista não seja o único debate, o único ponto de vista, e que os demais sejam rechaçados como fez o Alex ao trazer aqui na tribuna sua posição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. Felipe Camozzato. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, quero aproveitar este momento de liderança e falar das notícias boas da nossa cidade de Porto Alegre – pelo menos é o meu ponto de vista. Na última sexta-feira, começaram as entregas das chaves para as primeiras famílias da Vila Nazaré lá no Condomínio Senhor do Bom Fim. Para aquele telespectador que não sabe, a Vila Nazaré é próxima ao aeroporto, e as famílias estão sendo deslocadas para outras casas, para que a Fraport possa fazer a extensão do Aeroporto Salgado Filho. É uma região que os vereadores certamente conhecem, já estiveram algumas vezes dentro daquela vila, é uma vila bastante precária, e aquela população agora vai ter a oportunidade de receber suas casas. É bastante emocionante quando a gente vê essas pessoas recebendo uma casa, para ter mais dignidade. Gostaria de passar um vídeo que reproduz o significado para essas pessoas.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Então, nesta primeira etapa, são 128 famílias, eu tive a oportunidade, junto com o DEMHAB, com o superintendente Êmerson, de participar do sorteio das primeiras casas, foi dada prioridade às pessoas com algum tipo de deficiência. As primeiras famílias começaram a sair, Ver. Tessaro, que foi diretor do DEMHAB, a deixar a Vila Nazaré, as casas estão sendo desmanchadas para propiciar o aumento do nosso Aeroporto Salgado Filho, o que vai ser importante para a cidade de Porto Alegre, mas, mais do que isso, a gente vê a alegria

no rosto dessas pessoas, recebendo uma casa digna. A Prefeitura entrou com o terreno, a Caixa Econômica Federal, pelo Minha Casa, Minha Vida, construiu as residências, e até o mês de junho essas 128 famílias devem se mudar. Depois o restante, mais de mil famílias, irá para a região dos Maristas, onde estão sendo construídos condomínios de casas. Quem conhece a Vila Nazaré sabe o quanto vai ser importante para essas famílias morar com dignidade. Mas não são só as residências: a Fraport também está fazendo uma doação de R\$ 2 mil para cada família, para que possa comprar eletrodomésticos para suas casas. Uma cartilha foi elaborada, junto com o DEMHAB, Fraport e Caixa Econômica Federal, explicando como funciona a tarifa social da luz, como descartar o lixo, está havendo um acompanhamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através do DEMHAB. Além disso, também com recursos da Fraport e com recursos federais, estão sendo providenciadas escolas infantis e creches comunitárias, postos de saúde, e uma linha de ônibus será colocada à disposição para aqueles que trabalhavam perto da sua casa. É um trabalho muito importante do nosso DEMHAB, quero parabenizar o nosso diretor Mário, o superintendente Emerson Correa e toda a sua equipe, que estão fazendo um brilhante trabalho. A gente vê esse trabalho dando resultado, é importante, Porto Alegre continua avançando e continua dando oportunidade para essas famílias carentes, necessitadas da Vila Nazaré, que viviam numa situação muito constrangedora pelas condições que se apresentavam naquela região e hoje estão recebendo suas casas, com dignidade. Certamente a qualidade de vida dessas famílias vai melhorar.

Além disso, a Fraport poderá alongar a pista do Aeroporto Salgado Filho, com isso, melhorar o desenvolvimento econômico da nossa cidade, gerando emprego, gerando renda, porque a gente sabe que os grandes aviões não podem pousar e decolar em Porto Alegre, e nós acabamos, muitas vezes, tendo que utilizar o transporte rodoviário, aumentando o custo, principalmente da área comercial, e prejudicando a cidade. Então, se inicia agora uma nova etapa com a transferência das famílias. Parabéns ao DEMHAB, parabéns ao superintendente, parabéns ao nosso prefeito municipal por conseguir mais essa conquista para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente em exercício, o Ver. Mendes Ribeiro; saúdo todos os colegas vereadores e vereadoras; o público que acompanha nossa sessão nesta tarde. Está vindo – e está vindo muito tarde – alguma divulgação do próprio governo municipal sobre alguns projetos da cidade. Em alguns casos, Tessaro, está muito, mas muito lento. Possivelmente, será o reflexo da receita, mais precisamente do IPTU, que entrará nos cofres do governo municipal a

partir do ano que vem. E o ano que vem é um ano de eleição. Será que o governo não vai olhar para toda a cidade? Ou será que alguns segmentos e algumas áreas continuarão abandonados? Olhem a infraestrutura, a buraqueira que existe! A cada chuva que acontece na nossa cidade, há um desespero dos cidadãos em função das péssimas vias da nossa cidade pelo tamanho da buraqueira, sem contar com os incidentes que geralmente acontecem. Então nós pedimos para que o governo tenha mais atenção com os cidadãos de Porto Alegre.

Vejam o que acontece na saúde. Não é por acaso que nós, vereadores, pressionando, enquanto COSMAM, controlemos a decisão do governo de querer terceirizar o serviço da saúde. Até parece que agora virou tudo mercadoria: vamos terceirizar, vamos abrir concessões ou vamos privatizar. O governo quer tirar a sua responsabilidade de ser o gestor do serviço público, mas também do dinheiro público. O dinheiro que ele recolhe dos impostos é para devolver à população em serviços. Qual foi a novidade do governo Marchezan até o momento? Foi o abandono da cidade! Não tem nenhum projeto estratégico para Porto Alegre, a não ser o que ele falou recentemente, que há uma licitação sobre a etapa número 3 da revitalização da orla do Guaíba, porque percebeu que a primeira etapa a população não só acolheu, como percebeu que toda orla é da cidade, é da população, dos cidadãos, e por isso ela quer, sim, esses espaços revitalizados.

Mas se nós falarmos na questão da educação, seja nas escolas infantis, seja nas creches, seja no aumento de vagas, ou na ampliação dos serviços da saúde, o governo continua a mesma coisa, porque a novidade que ele apresentou, por exemplo, na área da saúde, foram os quatro prontos atendimentos de horário estendido, até às 22h. Mas não mudou significativamente em nada, porque as pessoas têm que ir ali as duas ou três horas da tarde para conseguir uma ficha para serem atendidas entre 19 horas às 22 horas da noite. O governo não apresentou nada de novo.

E nós percebemos que o *site* Portal Transparência, criado em 2009, nobre colega Tessaro, inclusive por uma lei de autoria deste vereador, tem enormes deficiências de divulgação do próprio orçamento do Município. Vários vereadores, inclusive, encaminharam leis que ampliaram, reforçaram essa lei, mas, por exemplo, o art. 2º da Lei nº 2.728, de 2009, diz o seguinte: “O Portal Transparência Porto Alegre tem por finalidade divulgar as seguintes informações detalhadas acerca dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta”. Nós ouvimos aqui, hoje à tarde, o Simpa, que na administração direta faltam mais de 5 mil servidores, e na indireta mais de 2 mil servidores. O governo não faz concurso e não chama aqueles que foram homologados no último concurso que está vencendo daqui a dois anos. É preciso que o governo perceba a importância do serviço público e valorize também o servidor público. Aqui o Simpa veio pedir uma abertura de uma mesa de negociação. Ora! O governo tem uma enorme receita agora para o próximo ano, por que não dialoga com o servidor público? Precisa valorizar o servidor, criando uma perspectiva e uma melhor qualidade de vida, ao mesmo, para 2020. É isso que nós defendemos e pedimos ao governo mais atenção ao serviço público de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente desta sessão, Ver. Mendes Ribeiro, na pessoa de V. Exa., cumprimento os vereadores, as vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores. Venho a esta tribuna para chamar a atenção de alguns dados relativos aos relatórios, balanços e demonstrações de resultados financeiros da EPTC que me chamam bastante a atenção. Primeiramente, quero destacar que a EPTC, tanto no ano de 2017, quanto no ano de 2018, apresentou prejuízos que, somados, ultrapassam R\$ 100 milhões de prejuízo. A empresa, em 2017, teve R\$ 67 milhões de prejuízo. Em 2018, teve R\$ 40 milhões de prejuízo. É apresentado, no demonstrativo dos resultados do exercício, uma receita bruta, publicada no Diário Oficial do Município: receita bruta da EPTC, 2017, R\$ 64 milhões; 2018, R\$ 91 milhões de receita. Ou seja, além dos R\$ 90 milhões – toda a receita praticamente é proveniente de multas –, a empresa deu um prejuízo, no ano passado, de R\$ 40 milhões. Isso quer dizer que a EPTC custou R\$ 130 milhões para Porto Alegre.

Quero cumprimentar aqui um grupo de porto-alegrenses que tem se organizado para combater certas armadilhas que estão sendo feitas na cidade, especialmente, cumprimentar aqui o Tadeu Paraguassu e aquela equipe toda que mora ali na Cavalhada, porque a EPTC passou uma linha azul numa das faixas da via e designou aquela linha como uma faixa exclusiva para ônibus. Em várias localidades, existem situações onde as pessoas não conseguem, por exemplo, sair de dentro de um posto de gasolina para pegar a avenida, ela anda 100, 150 metros na linha designada para o ônibus e toma uma multa. Eu não estou aqui para defender motorista que comete infração no trânsito, mas, quando se constata no balanço e na demonstração de resultado do exercício que a receita bruta aumentou de 64 milhões para 91 milhões, vereador... Aumentou quase 30 milhões a receita da EPTC. E como é que aumentou essa receita? Multando o cidadão porto-alegrense. São várias as arapucas da EPTC, especialmente no que diz respeito a essa questão do corredor de ônibus. Tem vários vídeos, o pessoal tem publicado vídeos relativos a essa situação. Eu quero chamar atenção, porque, na verdade, se a EPTC arrecadou 91 milhões, está declarado aqui, e, além dos 91, ela teve um prejuízo de 40 milhões, quer dizer que o prefeito e o governo tiraram da educação, da saúde, da Guarda Municipal, do DEMHAB, como foi mostrado aqui, 40 milhões para a indústria de multa.

A EPTC, o que é que ela faz? Basicamente, ela multa! Então, nós estamos tirando 40 milhões do caixa, Ver. Tessaro, do dinheiro do contribuinte porto-alegrense, para botar na EPTC, para a EPTC multar as pessoas. Aumentou a arrecadação de 64 milhões para 91 milhões, aumentou 30 milhões a receita da EPTC em multas, e, além disso, a Prefeitura botou 40 milhões na EPTC, para fechar o ano. Para aí um pouquinho, que barbaridade! Sendo que as pessoas tiveram um abono de suas multas, porque ficou constatado que era uma barbaridade o que estavam fazendo ali na Cavalhada, tanto é que a EPTC anulou as multas em centenas de situações de pessoas que foram multadas

por esses bretes que acontecem ali, especialmente na Cavallhada. Estou dando um exemplo, tem outros exemplos.

Eu quero dizer que vou voltar a esta pauta. Eu reitero: 2017 e 2018, a EPTC deu um prejuízo de mais de R\$ 108 milhões, olha que baita prejuízo. Nós, cidadãos porto-alegrenses, estamos pagando, em média, 50 milhões para a EPTC nos multar! É uma barbaridade isso aqui! Eu quero dizer que estou fazendo dois pedidos de providências: um, relativo à discriminação da receita; outro, à discriminação da despesa. Depois, com relação à discriminação da despesa, nós também vamos estar conversando aqui, porque é uma barbaridade o que a EPTC está gastando e está declarando aqui com uma série de investimentos, que são absurdos na minha compreensão, no meu entendimento. Trarei este assunto para esta Casa. Uma empresa pública de transporte e circulação, que arrecadou R\$ 90 milhões, em 2018, e dá um prejuízo de R\$ 40 milhões, é porque ela gastou R\$ 130 milhões para multar o porto-alegrense. Qual é a outra função da EPTC, senão multar o cidadão? Então, estamos gastando essa barbaridade, enquanto a EPTC aumenta em um terço a sua arrecadação em multas de 2017 para 2018. Isso é um absurdo! Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Bins Ely. Não há mais inscritos em Comunicações.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0004/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 004/19, de autoria do Ver. Cláudio Conceição, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Emerson Wendt.

PROC. Nº 0245/19 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 115/19, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que inclui inc. IV e parágrafo único no art. 2º da Lei nº 12.528, de 11 de abril de 2019 – que institui política de transparência na cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) no Município de Porto Alegre –, adicionando os valores estimados a serem cobrados nos 5 (cinco) exercícios subsequentes no rol de informações que a guia de arrecadação do IPTU deve conter.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h34min.)

* * * * *